

TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

***Roberto Rodrigues**

Em 1988, ano em que foi sancionada a Constituição que Ulisses Guimarães chamou de Cidadã, a OCB realizou o X Congresso Brasileiro de Cooperativas. Era um período de grandes transições. A Assembleia Nacional Constituinte - ANC, prometida pelo candidato à Presidência da República Tancredo Neves foi convocada por seu "sucessor" José Sarney sob o signo do fim do regime militar terminado em 1985 e da redemocratização do país. Os mais diversos setores políticos, econômicos e sociais se organizaram para influir na eleição dos Constituintes e em seu trabalho futuro. O movimento cooperativista também se inseriu nesse projeto, consciente de que naquela oportunidade estava sendo redirecionado o destino do país e de sua gente.

No começo de 1986, ano em que seriam eleitos os parlamentares constituintes, a OCB preparou uma cartilha que foi enviada a todas as cooperativas brasileiras explicando qual seria o trabalho da ANC e perguntando quais seriam os temas que elas desejavam que viessem a constar da nova Constituição a ser elaborada e promulgada. Centenas de ideias então surgiram, nem todas com a adequada formulação. Para depurar a massa de demandas, a OCB criou uma Comissão de Juristas que terminou apresentando apenas 5 propostas: a principal acabava com a intervenção do governo na criação e fiscalização de cooperativas, o que daria origem à desejada auto-gestão do sistema; a segunda estabelecia a necessidade de um tratamento tributário diferenciado para o Ato Cooperativo, na medida em que ele é a relação comercial entre o cooperado e sua cooperativa: como ele é dono dela, não faz sentido tributar essa transação, pois o cooperado está comprando dele mesmo; a terceira previa que o Estado deveria ter um organismo para apoiar e estimular o cooperativismo, na medida em que ele é um movimento que organiza o braço econômico da sociedade, sendo assim um aliado de qualquer governo democrático; uma quarta proposta, da maior importância, estabelecia que as cooperativas de crédito fariam parte do Sistema Financeiro, com todos os direitos das demais instituições desse setor e sob a fiscalização do Banco Central. E a última pedia que cooperativismo fosse matéria obrigatória nas grades curriculares a partir do segundo grau.

Esta lista de artigos propostos para a Constituição foi então submetida a todas as organizações de cooperativas estaduais e setoriais filiadas, e cada uma realizou assembleia para consolidar o temário, de maneira que o resultado de todas as ações realizadas foi transmitido à OCB após ampla participação democrática. Isto feito, a OCB enviou correspondência a todos os partidos políticos em cada estado, informando tal desiderato e dizendo que os candidatos que tivessem alguma atuação associativista em sua vida pregressa e que se dispusessem a firmar um compromisso pré-eleitoral com todos os artigos sugeridos, seriam apoiados pelas cooperativas através de votos de seus associados. O resultado foi notável: 41 candidatos que haviam assinado o compromisso foram eleitos, dando origem a uma Frente Parlamentar Cooperativista presidida por um deputado catarinense, Ivo Vanderlinde. Sob a coordenação da OCB, em 2 meses de funcionamento da ANC, já eram 217 os

constituintes que se associaram à Frente. O trabalho foi intenso e só o artigo tratando de educação não entrou na Constituição Cidadã, porque eram dezenas as demandas por outros temas para o currículo escolar: educação sexual, educação ambiental, educação no trânsito, educação alimentar, enfim, não dava mesmo para caber tudo.

Em compensação, outros dois artigos surgiram, um com a ajuda da OCB, ligada ao suporte ao cooperativismo médico; e outro sem o mesmo apoio, oferecendo vantagens a cooperativas de garimpeiros: a OCB não pedia vantagem a nenhum segmento representado, mas apenas isonomia em relação a outras organizações empresariais, reconhecidas suas especificidades.

Pois bem, o temário todo entrou na Constituição graças ao tal X Congresso de Cooperativismo realizado em 1988, ao qual compareceram parlamentares de todos os partidos representados na Frente, além do Presidente da ANC, Deputado Ulisses Guimarães, e de seu relator, Senador Bernardo Cabral. Num amplo debate anterior que durou alguns meses com intensa participação de cooperativistas do país inteiro, as mais diferentes tendências ideológicas se manifestaram em 3 oportunidades: nas assembleias estaduais das OCEs, nos seminários dos segmentos e finalmente no X Congresso, realizado em Brasília, em um modelo de debates democráticos nunca visto antes.

E agora, 30 anos depois, a OCB se prepara para outro grande Congresso, o décimo quarto, sob outra realidade, num novo país, com outras demandas. E está repetindo o modelo do Décimo, discutindo em cada estado o temário a ser enfrentado.

Fazem parte da modernidade algumas demandas para isso: participação obrigatória de mulheres e jovens nos Conselhos de TODAS as cooperativas (pelo menos uma mulher e um jovem) e limitação do número de mandatos sucessivos para presidentes eleitos não contratados. São questões complexas que valem reflexão e ampla discussão.

Mas não pode deixar de ser ressaltado, nessa oportunidade, o grande papel realizado pela Frente Ampla da Agropecuária Brasileira junto à ANC em busca de um tratamento equilibrado para os assuntos do campo. Na época existia uma radicalização entre os Constituintes quanto à reforma agrária, e havia até quem quisesse acabar com a propriedade rural privada. Foi um debate muito difícil que só teve bom desfecho graças à atuação da Frente Ampla, sempre defendendo o real interesse do país que se confundia com o interesse dos produtores profissionais, e não apenas o dos proprietários rurais. Liderada pela OCB, pela CNA e pela SRB, a Frente Ampla foi de enorme utilidade para consolidar na Constituição o artigo determinando a formulação de uma Lei Agrícola para o Brasil, fator de modernização das relações no campo. Mas este será assunto para outro artigo, até porque em 2019 a Sociedade Rural Brasileira, naquela época liderada pelo grande Pensador do Agro, Flávio Telles de Menezes (cuja forte influência junto aos Constituintes foi marcada por seus valores e princípios liberais), completará 100 anos, e valerá a pena contar sua relevante participação na elaboração da nova Constituição.

*** Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, foi ministro da Agricultura e escreve artigos toda 3ª terça-feira do mês**